

Pausa com programa



Se o governo não tiver juízo e o Congresso a consciência do desgaste e da premência de esforço pela reabilitação do seu conceito público, a decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo preliminarmente a vigência da Medida Provisória 190, acoplada à recomposição da maioria situacionista, que garantiu a derrubada da MP 184 no Senado, pode desaguar numa trégua que merece ser bem aproveitada.

Para que a oportunidade não se perca é preciso, antes de mais nada, que as duas partes envolvidas no confronto ponham de lado os ressentimentos, arquivem impetos de desforra, isolem seus radicais e insensatos e reconheçam, com a sinceridade de críticas desabafadas em frente ao espelho, que ambos cometeram graves erros e que a montagem de fórmula conciliatória é um dever comum, do interesse superior do país.

O que parece uma lengalenga desfiada a partir do óbvio, na verdade fixa preliminares, sem as quais não adianta tentar nada para não desperdiçar tempo jogando conversa fora.

Os feios pecados do governo estão à vista, na transparência da vitrine exposicionista que expõe estilo açodado, acentuado pela preocupante imaturidade de equipe armada de improviso, muito mais para impressionar a plateia do que sob a inspiração da eficiência.

Apertado pela cobrança, o governo papagueia suas justificativas, embolando ponderações sensatas com desculpas de fundilhos esfarrapados. Não se duvida que o presidente Collor de Mello necessitava aproveitar o embalo da posse para dar o empurrão inicial nas reformas prometidas na campanha, inclusive o enxugamento do monstro burocrático. Mas, daí por diante, os incumbidos de executar o projeto de modernização do Estado meteram os pés pelas mãos e derraparam no escorregadio de tolices em chorrilho.

Deixa pra lá. O STF ministrou a aula de humildade e, pelo visto, o governo mostrou-se bom aluno, baixando a torista da insolência, curvado diante da última instância.

Agora, cabe dar um tempo para arrefecer os ânimos e esperar que o clima de feriado se instale, com a ajuda abençoada da Copa do Mundo, a descorada interinidade do presidente em exercício, Itamar Franco e o recesso de fato do Congresso, caminhando na maciota para a campanha da reeleição.

Com a seriedade do humor, o ilustre vizinho Millôr Fernandes foi o primeiro a registrar o que representa de distensão a presença mineira de Itamar, a pausa que refresca, na turbulenta presidência de Collor.

É isso mesmo. A pausa tem que ser bem utilizada, com sensibilidade e competência.

Vamos lá. Executivo e Legislativo estão apazados para armar a tenda do entendimento, trocando de bem com o bom senso. A recomposição da fluida maioria governista recriou condições para o diálogo, pois o governo já não se apresenta com os molambos de derrotado. Ficou claríssimo que a rejeição da Medida Provisória 185 resultou de bem urdida trama da oposição, pegando a maioria desprevenida e aplicando gol-

pes regimentais com a conivência da mesa do Congresso.

Recuperado o fôlego, as lideranças remontaram a precaríssima maioria no mosaico de siglas do quadro partidário em pandarecos. As contas do senador José Inácio e do deputado Renan Calheiros estavam certas, não eram bazófia: dos 74 senadores (há uma vaga na bancada do Amazonas), 39 votam com o governo, tal como 266 dos 495 deputados.

Nem é maioria para se jogar fora nem dá para tranquilizar o governo com a certeza de firme base parlamentar. A diferença é numericamente escassa — dois votos de vantagem no Senado e 18 na Câmara. Pior, pouco confiável, tendo que ser conferida a cada votação com exaustiva cabala das lideranças. Minada por queixas contra o governo que não aprendeu a fazer política e a dissimular seu desdém pelos parlamentares. Contida na sua insaciável avidez fisiológica por medo de Collor, a maioria rumina as suas mágoas e espera a vez de extravazá-las em desabafos que chegam ao público em versões desmoralizantes. Não é crível que parlamentares experimentados não se deem conta da repercussão corrosiva de episódios como a recente reunião da bancada governista, quando alguns deputados não se pejam de justificar a repentina rebeldia pela demora na nomeação de seus apadrinhados para chefias de repartições ou pelo chá de espera que lhes foi servido em gabinetes ministeriais. Tais desventuras pessoais mudaram convicções e votos em medidas provisórias e projetos que modificam os destinos do país e mexem com a vida da população.

É hora de repensar o relacionamento deteriorado e consertar o que está errado. A oposição, pelas suas vozes mais significativas, reconhece que o governo recebeu do Congresso e do Supremo Tribunal Federal os trancos que estava a merecer. Caiu da pose a emite sinais de que deseja varrer o lixo que espalhou na via do entendimento.

Também o governo entendeu que não foi encostado contra a parede nem derrotado na guerra contra a inflação. O mundo não acabou. Collor não está sob ameaça de desestabilização.

O governo apanhou sua dose e, pela sua reação, absorveu as pancadas e entendeu o recado. Reconheça-se que Collor deu o tom em pronunciamento de exemplar equilíbrio. Contornou o risco de choque com o Judiciário ao proclamar respeito à decisão do STF e fidelidade ao compromisso democrático.

O balanço desses dias fundamentais para a correção dos assomos do governo e a oportuna reavaliação das crônicas deficiências do Legislativo não se completa sem a votação das medidas provisórias que devem ser incluídas na pauta do Congresso para a próxima semana.

Mas, desde logo, enquanto o governo, no remanso da interinidade, bate no peito as surdas pancadas do arrependimento e o Congresso curte a fessaca das deprimentes sessões que reproduziram cenas de picadeiro — com xingamentos, microfones arrancados em grotescas momices temperamentais, votações espichadas em golpes de malandragem —, convém aproveitar a pausa para um começo de reflexão. Enquanto é tempo, antes que a lona pegue fogo e desabe sobre o elenco e o público que pagou o ingresso e não está achando graça nenhuma no espetáculo. Circo tem sua hora.